VI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI - COSTA RICA

DEMOCRACIA, PROCESSOS DE PAZ E DESARMAMENTO: DESAFIOS POLÍTICOS E JURÍDICOS

ARMANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA

FLÁVIA DE ÁVILA

Copyright © 2017 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D383
Democracia, processos de paz e desarmamento: desafios políticos e jurídicos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNA/UCR/IIDH/IDD/UFPB/UFG/Unilasalle/UNHwN;

Coordenadores: Armando Albuquerque de Oliveira, Maria Luiza Pereira De Alencar Mayer Feitosa, Flávia de Ávila – Florianópolis: CONPEDI, 2017.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-387-0
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Direitos Humanos, Constitucionalismo e Democracia no mundo contemporâneo.

1.Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Internacionais. 2. Democracia. 3. Processo de paz. 4. Política. I. Encontro Internacional do CONPEDI (6. : 2017 : San José, CRC).

CDU: 34







Universidad Nacional de Costa Rica
Heredia – Costa Rica
www.una.ac.cr

Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

Universidad de Costa Rica San José – Costa Rica https://www.ucr.ac.cr

VI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI - COSTA RICA

DEMOCRACIA, PROCESSOS DE PAZ E DESARMAMENTO: DESAFIOS POLÍTICOS E JURÍDICOS

Apresentação

Esta coletânea congrega ensaios que abordam os grandes desafios políticos e jurídicos da atualidade, nomeadamente em torno dos temas democracia e processos de paz. São colaborações apresentadas no Grupo de Trabalho intitulado “Democracia, processos de paz e desarmamento: desafios políticos e jurídicos”, por ocasião do VI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI, realizado na Costa Rica, entre os dias 23 e 25 de maio de 2017.

O primeiro texto, denominado ESTAGNAÇÃO E NÃO CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: UM ESTUDO COMPARADO (2006 E 2016), os professores Armando Albuquerque de Oliveira e Maria Áurea Baroni Cecato investigam empiricamente em que estágio se encontram as democracias da América Latina e Caribe. Com dados do Democracy Index de 2006 e 2016, os autores assumem como hipótese a existência de indícios de estagnação democrática na região, sustentando a necessidade de evidências empíricas para comprovar tal conjectura.

Bryan González Hernández, autor do ensaio IURICIDIO Y GUERRA TOTAL: AMENAZAS AL NUEVO CONSTITUCIONALISMO LATINOAMERICANO Y EL PLURALISMO JURÍDICO, estuda os impactos que uma possível “guerra total” teria sobre o mundo, em particular sobre a América Latina. Para ele, a destruição do direito é considerada uma das principais ameaças, impactando gravemente o chamado novo constitucionalismo latino-americano, fato que o leva a analisar o pluralismo jurídico sob os enfoques teóricos da biogeopolítica da exceção e da geojurisprudência da inimizade.

Em NOTAS SOBRE A CRÍTICA À DEMOCRACIA EM NIETZSCHE, Loiane da Ponte Souza Prado Verbicaro propõe-se a analisar as críticas conceituais apresentadas pelo pensamento de Nietzsche à expressão “moral de rebanho”, importante valor democrático da modernidade, denunciado pelo filósofo alemão como massificação provocada por processos externos, no sentido de induzir os indivíduos a necessitarem realizar ações em comunidade. A pesquisa biobliográfica centra-se na crítica nietzschiana à democracia, compreendida como forma de mediocrização e rebaixamento de valor no ideário político da modernidade,

avaliando, entre outros vieses, o repúdio à moral de rebanho permeado pela ideia de igualdade, herança do cristianismo para a democracia e como tomada de posição do aristocratismo.

Os professores Charlise Paula Colet Gimenez e Florisbal de Souza Del Olmo contribuem com o texto O RESGATE DA HUMANIDADE PELO ACORDO DE PAZ: O CONFLITO ENTRE AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS E O ESTADO COLOMBIANO. Os autores estudam, a partir do método indutivo e do procedimento bibliográfico, os modos de resolução ou de enfrentamento do conflito entre o Estado Colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC e suas consequências para o futuro do país.

Finalmente, Polyana Vidal Duarte e Mara Conceição Vieira de Oliveira apresentam EDUCAÇÃO COMO POSSIBILIDADE À TOLERÂNCIA DIANTE DA CRISE HUMANITÁRIA INTERNACIONAL, texto no qual defendem o enfrentamento dos problemas imigratórios por intermédio do direito, da filosofia e da pesquisa social, mormente a educação, sob o ponto de vista da tolerância. A proposta é apresentar breve reflexão acerca da situação dos refugiados, considerando que os imigrantes são sujeitos de direitos em qualquer lugar, estando em condições legais ou não.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Profa. Dra. Maria Luiza Pereira De Alencar Mayer Feitosa - UFPB

Profa. Dra. Flávia de Ávila - UFS

Profa. Dra. Armando Albuquerque de Oliveira - UNIPÊ e UFPB

NOTAS SOBRE A CRÍTICA À DEMOCRACIA EM NIETZSCHE

NOTES ON THE CRITICISM TO DEMOCRACY IN NIETZSCHE

Loiane da Ponte Souza Prado Verbicaro

Resumo

O trabalho propõe-se a analisar as ideias críticas do pensamento de Nietzsche à “moral de rebanho” que configura os valores democráticos da modernidade. Como ponto de partida metodológico, a pesquisa, de cunho bibliográfico, centra-se na crítica de Nietzsche à democracia, compreendida como forma de mediocrização e rebaixamento de valor no ideário político da modernidade. Partindo dessas ideias e de um contra-discurso aos valores modernos, o trabalho analisará o repúdio à moral de rebanho que configura a igualdade; a ideia de democracia como herança do cristianismo; e a sua tomada de posição em favor do aristocratismo de desempenho e de criação.

Palavras-chave: Democracia, Crítica, Nietzsche, Moral de rebanho, Modernidade

Abstract/Resumen/Résumé

The paper proposes to analyze the critical ideas of Nietzsche's thinking to the "herd morality" that configures the democratic values of modernity. As a methodological point of departure, the bibliographical research focuses on Nietzsche's critique of democracy, understood as a form of mediocrization and downgrading of value in the political ideals of modernity. Starting from these ideas and a counter-discourse to modern values, the work will analyze the repudiation of the herd morality that configures equality; the idea of democracy as an inheritance of christianity; and its position in favor of the aristocratic of performance and creation.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Democracy, Critical, Nietzsche, Herd morality, Modernity

INTRODUÇÃO

O fato de a democracia ter surgido na Grécia antiga e de o mundo moderno e contemporâneo assistirem ao avanço explosivo do "fato democrático" (GOYARD-FABRE, 2003, p.1), não significa a perenidade de sua ideia e tampouco a sua aceitação acrítica. É falacioso acreditar que o transcurso dos séculos e a marcha das ideias que deram origem a essa forma política tenham colocado a democracia em um lugar imune a críticas e a tentativas de desconstrução. Antes o contrário. A noção de democracia foi alvo de severos ataques, mas estes foram incapazes de impedir o seu avanço no mundo moderno.

A ideia de democracia impôs-se com tamanha força que atualmente existem poucos países centrais que não a reivindicam. No entanto, há diferentes apreciações em relação aos valores que contempla: uns a exaltam como o caminho para a liberdade e igualdade, representando a consolidação do ideal de modernidade política e um progresso jurídico, político e social; outros a acusam de provocar uma uniformização espúria ou popularização, com a supressão das elites e a consequente degradação e definhamento da política e empobrecimento cultural e humano.

Nesse sentido, a democracia, na sua história, fora desejada e temida, exaltada e criticada. Indubitável é que ela suscita ásperas querelas ideológicas. A democracia como governo do povo e pelo povo pode assumir distintas conotações: liberal, conservadora, igualitária, socialista, popular, plural. Embora ela legitime-se sempre por representar os direitos do povo, não é menos verdade que nela ocorrem diversas formas de negação desses direitos. E apesar de todas as incertezas, temores e relutâncias, a democracia está envolta numa aura mágica como se devesse possuir uma dimensão planetária e ser a "lei da terra", o vetor da própria história. Como anunciara Tocqueville, a marcha da democracia prossegue, ainda hoje, de maneira irresistível (TOCQUEVILLE, 2010, p. 39).

É nesse contexto, de exaltação e ao mesmo tempo de crítica, que o trabalho propõe-se a analisar as ideias críticas do pensamento de Nietzsche à "moral de rebanho" que configura os valores democráticos e igualitários da modernidade. Em *Além do bem e do mal*, afirmara Nietzsche ser essa moral europeia pós Revolução Francesa a base da ideia de democracia que, em última instância, constitui uma herança do movimento cristão que defende, "de forma obstinada e inexorável" ser "a própria moral", com a

exclusão de todas as outras. (NIETZSCHE, 2015, p. 137). Nesse sentido, com o auxílio da religião cristã que adulou os instintos mais sublimes do animal de rebanho, essa moral espraiou-se à política e às relações sociais, passando a representar o movimento político-democrático moderno uma verdadeira representação do ideário cristão que incorpora os valores da igualdade como igualação do não igual, acomodação, conservadorismo, resignação, padronização e manutenção do *status quo*.

Importante registrar que Nietzsche não escreveu uma obra sistemática dedicada à política. No entanto, ao discutir temas relativos à moralidade, à cultura, à sociedade e à religião, indiscutivelmente, chega-se à dimensão política da sua obra. Nesse sentido, o trabalho estabelece como ponto de partida metodológico os fortes enlaces temáticos da sua teoria, sendo necessário enfrentá-los para se compreender e analisar o problema que norteia a presente pesquisa, que se centra na crítica de Nietzsche à democracia, compreendida como forma de degradação cultural, de apequenamento do homem, mediocrização e rebaixamento de valor no ideário político da modernidade.

Nietzsche aponta a baixeza das ambições políticas, culturais e humanas dos sistemas democráticos, que se centram na homogeneização, na padronização, na igualdade e no nivelamento medíocre dos indivíduos que amiúde são conduzidos por um instinto de rebanho que os nivela a maneiras de agir e de pensar universalmente válidas, com censura a toda originalidade e mudança.

Partindo dessas ideias e de um contra-discurso aos valores modernos, o trabalho, por intermédio de pesquisa bibliográfica, analisará o repúdio de Nietzsche à moral de rebanho (que é uma moral normativa imposta como forma de controle, poder e dominação pela religião cristã) que configura a igualdade; a ideia de democracia como herança do cristianismo; e a sua tomada de posição em favor do aristocratismo (não palaciano) de desempenho e de criação.

1 O REPÚDIO À MORAL DE REBANHO QUE CONFIGURA A IGUALDADE

Propagada por religiões e propostas políticas, a ideia de igualdade como igualação do não igual, se converte, no contexto nietzschiano, "numa ideia falaciosa e astuta". A igualdade projetada em termos políticos e jurídicos não passa de uma "fórmula forjada por quem precisa somar forças para subsistir". (MARTON, 2011, p. 22).

É sob o repúdio à moral de rebanho que caracteriza a igualdade que o presente capítulo pretende centrar sua análise, essa moral que nada mais é do que uma justificação e legitimação ao *status quo*. A perspectiva da igualdade, tão combalida por Nietzsche ao voltar-se contra Rousseau que, em seu *Discurso sobre a Origem e Desigualdade entre os Homens* e *Do Contrato Social*, estabeleceu as bases da modernidade política baseada no liberalismo, na democracia, na soberania popular, na vontade geral e na igualdade de direitos. Sendo Rousseau um dos teóricos fundamentais da Revolução Francesa e da defesa da existência de leis da natureza, ele desencadeou um movimento de consolidação do impulso democrático dos tempos modernos.

Nietzsche não hesita em elencar Rousseau como um dos "impossíveis" e o primeiro "homem moderno, idealista e *canaille* em uma só pessoa; aquele que tinha necessidade da 'dignidade' moral para suportar seu próprio aspecto; doente de uma vaidade desmesurada e um autodesprezo desmesurado". Nietzsche afirmara em *Crepúsculo dos Ídolos* que odeia Rousseau na revolução: "ela é a expressão histórico-universal dessa duplicidade de idealista e *canaille*". E segue afirmando que o que odeia mesmo na revolução é a sua "moralidade rousseauneana – as assim denominadas 'verdades' da revolução, com as quais continua a influenciar e persuadir para si tudo o que é superficial e medíocre. A doutrina da igualdade!.." (NIETZSCHE, 2014, p. 57, 92), esse ideal revolucionário que solapa, decisivamente, a promessa de emancipação e esclarecimento nele contida.

Segundo Nietzsche, ao referir-se aos anseios de igualdade de Rousseau, não existe de modo algum veneno mais venenoso: "pois ela parece predicada da própria justiça, ao passo que é o fim da justiça... 'O igual aos iguais, o desigual aos desiguais – isso seria o verdadeiro discurso da justiça: daí se segue, jamais igualar o desigual.'" Para

Nietzsche, permeia a doutrina da igualdade "coisas terríveis e sangrentas" que outorgaram à "'ideia moderna' *par excellence* uma espécie de glória e resplendor". A revolução, enquanto espetáculo, aguçou o poder de sedução do ideal de igualdade da modernidade. (NIETZSCHE, 2014, p. 92).

O ideal igualitário presente na modernidade, com todo o seu otimismo que convertera os seus adeptos em fanáticos morais, tenta impor o que é uniforme, em uma espécie de introdução de uma moral gregária que se enraíza em uma reciprocidade amparada no medo e na suspeita. Os valores morais do rebanho passam a ser controlados e disciplinados pelas instituições políticas, sociais e jurídicas, bem como legitimados por uma cultura humanista que pressupõe o homem como naturalmente o homem gregário do rebanho.

Ademais, nesse contexto, a igualdade jurídica e política são uma decorrência do funcionamento da sociedade mercantil, cuja consequência indelével foi a extinção de homens superiores em proveito da mediania. O valor da igualdade, decididamente, atribui à distância e à desigualdade o pejo da indecência e da imoralidade. A partir dessas críticas, a igualdade e justiça, à luz da teoria de Nietzsche, não significa aplainar a igualdade, mas em tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais. A justiça é, portanto, hierárquica, o que afasta a reciprocidade e a equivalência.

Nietzsche, em *Humano, Demasiado Humano*, acusa Rousseau de promover "sonhos perigosos" e a superstição de acreditar em uma "bondade da natureza humana maravilhosa, original" que fora enterrada pelas instituições civilizatórias. Para Nietzsche, foram as "loucuras e as meias mentiras apaixonadas de Rousseau que despertaram o espírito otimista da Revolução", contra as quais ele proclama: *"Ecrasez l'infâme!*".

Para Nietzsche, ao contrário de Rousseau que reconheceu a civilização, a tradição e os seus costumes como as causas da corrupção do homem que é, por natureza, bom (ROUSSEAU, 2006), não cabe à civilização a responsabilidade pela má moralidade. É exatamente a ideia de boa moralidade proposta por Rousseau a responsável pelo caráter lastimável da civilização (NIETZSCHE, 2013, p. 365, 366). Ao contrário de Rousseau, à luz da teoria de Nietzsche, o estado de natureza é um estado de brutalidade e desigualdade, "onde não há nem pode haver qualquer justiça ou injustiça, quer dizer, qualquer direito". (SOBRINHO, 2007, p. 32).

Para Nietzsche, em *A Gaia Ciência*, foi graças a Rousseau e à Revolução Francesa que as ideias políticas modernas prosperaram em uma direção moralista, igualitária e de fanatismo e idolatria ao homem bom. Foi Rousseau, portanto, o grande

responsável por transformar o "iluminismo em uma orientação fanática". (ANSELL-PEARSON, 1997, p. 110). Nesse sentido e sob a influência Rousseauniana, a Revolução Francesa "pôs o cetro, de maneira total e solene, nas mãos do 'homem bom' (da ovelha, do asno, do ganso e de todos os irremediavelmente rasos, ruidosos e maduros para o hospício das 'ideias modernas')". (NIETZSCHE, 2001, p. 244).

Ocorre que, ao defender o bom selvagem, Rousseau acaba por estabelecer um padrão de espiritualização da virtude do homem naturalmente bom, afastando a possibilidade de grandiosidade do homem de excelência. No ideal democrático, nota-se uma inversão de avaliação. O grande homem, com qualidades diferenciadas, transforma-se em algo reprovável. Inversamente, na modernidade, transforma-se o que é desprezível e medíocre, em algo bom, o que acena ao empobrecimento da cultura e dos valores. Nesse mesmo sentido, a vontade geral do povo, como proposta por Rousseau, é repudiada por Nietzsche que considera a cultura de massa imposta pela vontade geral medíocre e sufocante do aparecimento de homens grandiosos.

O que destrói o Estado é, portanto, o rompimento da desigualdade, que aniquila a possibilidade de projeção de uma nova cultura, provocando e diminuição e o adoecimento do homem, considerando que a igualdade é uma imposição artificial aos homens para reforçar a lógica gregária, a formação da comunidade e a segurança da vida coletiva forjada no fingimento dos valores que as une. Trata-se de uma fábula, de uma impossibilidade, de um mito que precisam ser eliminados.

O que Nietzsche instiga é exatamente à atuação humana contrária à moral de rebanho que configura o sentido de igualdade da democracia moderna. Na apresentação de Noéli Melo Sobrinho à obra *Escritos sobre Política*, a autora defende, a partir da teoria de Nietzsche, que a constituição do rebanho "na era moderna se origina também na intensa predominância do instinto gregário sobre os outros instintos, quer dizer, no prevalecimento dos impulsos e paixões sociais sobre os individuais". É por essa razão que, comumente, os homens atuam de maneira a privilegiar o grupo, mesmo em detrimento de si próprios: "honra aqui significa ser reconhecido pelos outros" e o isolamento corresponde a um "perigo e um gerador de estranheza" e estigma (SOBRINHO, 2007, p. 15).

Essa moral de rebanho, compreendida como constructo humano para a domesticação e, sob a influência da religião cristã, que insculpiu o mais sublime espírito do animal de manada, aniquila as potencialidades criadoras e a realização da vontade individual, impedindo que o indivíduo, com seu espírito livre, tome para si as rédeas do

seu próprio destino para tornar-se o que se é. Ela, ao contrário, estimula o instinto de conservação que ensina a fugacidade, a falsidade e a leveza de transferir a causa dos fracassos e malogros a contextos externos, em demonstração da incapacidade de assumir responsabilidades pessoais sobre a própria vida e, consequentemente, da fragilidade da condição e dos valores humanos nas sociedades modernas que inibem a construção de homens fortes e aguerridos.

Nesse sentido, a sociedade massificada que caracteriza a modernidade apresenta uma série de obstáculos à existência efetiva de indivíduos livres e autônomos, a despeito da forte ideologia de valorização do individualismo, da autonomia e da liberdade. A negação desses valores é diretamente proporcional à intensidade com que se luta a favor deles. Essa preponderância das forças agregadoras faz dos indivíduos obedientes e conformados. A referência ao egoísmo típico das sociedades modernas não significa "absolutamente a autonomia do indivíduo, auto-referência e interesse próprio, mas antes se trata de um eu coletivo, um ego que continua sendo uma determinação do rebanho". (SOBRINHO, 2007, p. 16).

A partir dessa perspectiva, o rebanho é apontado como tirânico, aniquilador da diferença e da excelência. A força irresistível da formatação igualitária da política moderna promove o nivelamento do homem ao estimular e naturalizar a virtude da mediocridade e ao culpabilizar e estigmatizar o homem excepcional que se vê hostilizado e reprimido em suas qualidades humanas que são destoantes da massa, o que lhe condena a seguir a lógica determinada pela linguagem do rebanho.

O mundo da padronização imposta pelos valores modernos é, pois, o mundo do adestramento, da covardia, do conservadorismo, da monotonia, da acomodação, do embrutecimento cultural e da fraqueza de espírito, que cultiva a falsa crença de que todo sofrimento pode e deve ser eliminado da vida, o que serve como um anestésico à angústia, ao medo e à depressão, em evidente contemplação da felicidade coletiva vulgar, promíscua e dissimulada.

De acordo com Delbó, referindo-se ao pensamento de Nietzsche, quando os ímpetos de igualdade e proteção são os únicos condutores da vida política, ela "amolda a vida humana assemelhando-se à vida dos animais de rebanho, unidos para se protegerem, ainda que entre os humanos isso se dê de modo mais sofisticado". Imbuídos do instinto de cuidado e compaixão pelos que sofrem, a "política ajuda a cultivar um ideal humano que animaliza o homem", (DELBÓ, 2013, p. 4) limitando-o à saciedade, ao atendimento de suas satisfações mais imediatas e ao contentamento com as suas condições existenciais.

Limita-se a vida à mera conservação de si e do rebanho, inibindo qualquer forma de expansão e alargamento das potencialidades humanas.

Nesse sentido, a crença na compaixão compartilhada, o "ódio mortal contra o sofrimento em geral", a "incapacidade quase feminina de permanecer como espectador que se deixa sofrer", permitem a todos, juntos em sua "tristeza e coração involuntariamente amolecido", viver sob o "encantamento do qual a Europa parece estar ameaçada". Essa ameaça refere-se ao que Nietzsche denominou de o novo budismo europeu, que limita o homem de ação, associando a era democrática à era da "extravagância da 'compaixão de Deus'". (NIETZSCHE, 2015, p. 139).

Essa fraqueza de espírito, conduzida pelas paixões gregárias que garantem o sentido comunitário e a segurança, esteriliza o progresso e torna a vida estagnada e decadente. Limita o egoísmo individual fortalecedor do homem desvinculado, independente e livre e estimula o homem agregado e dependente do outro, da opinião do outro, do consolo e suporte do outro, levando-o a pensar de si apenas o que o outro pensa. É ineludível que o viver para os outros, a partir de uma atitude de acomodação e obediência, torna a existência humana mais cômoda e confortável.

A partir dessa lógica, o homem de rebanho não é o homem autêntico e original. Limita-se a imitar e a seguir o modelo das classes tidas como dirigentes que mascaram a riqueza em arte e cultura para atrair os olhos dos incultos e pobres. O rebanho, que é a condição existencial do homem moderno, vê na obediência a consolidação da segurança e a própria afirmação da virtude, promovendo uma inversão de posições: os homens superiores recebem o estigma da maldade e os homens gregários, o da bondade, o que relata o caráter da dissimulação e da hipocrisia da moral de rebanho, segundo se deflui da obra de Nietzsche.

À luz dessa perspectiva de esterilização do progresso, há, segundo Noéli Sobrinho acerca da teoria de Nietzsche, uma má apreciação do ócio e uma supervalorização do trabalho incessante que, por meio da educação que constitui uma maneira de inculcar o dever e as virtudes mecânicas, objetiva atender aos interesses das sociedades capitalistas massificadas.

A despeito da crítica e desvalorização do tempo livro, essa apologia ao trabalho excessivo traz consigo a esterilização, o "estrangulamento e a vulgarização da cultura, pois a vida gasta à busca de ganho esgota as energias e estiola os sentidos daqueles que poderiam criar algo de novo e ainda ajuda a transformar o caráter dos homens em fingimento, artimanha, improbidade, hipocrisia". O trabalho, sob esse viés,

acaba assumindo a lógica de um consolo terapêutico para arrefecer as dores do mundo. Corresponde a um bálsamo que "distrai initerruptamente o sofredor", com o ônus de absorver todas as energias disponíveis e inviabilizar o progresso. Ele é um anestésico na medida em que "oculta a real condição de escravo do homem moderno" (SOBRINHO, 2007, p. 26).

2 A DEMOCRACIA COMO HERANÇA DO CRISTIANISMO E A DEFESA DE UMA NOBREZA ARISTOCRÁTICA DE DESEMPENHO

Ao conceber a igualdade como nivelamento uniforme que homogeneíza seus cidadãos, conferindo a eles modos de vida e padrão iguais, Nietzsche faz dos ataques a essa ideia o cerne da crítica que dirige à democracia moderna. Ora, a ideia de igualdade, à luz da sua teoria, não se realiza factualmente e, ademais, representa um princípio ético básico que se encontra na base de uma determinada moral: a moral cristã. Em "Para além do bem e do mal", Nietzsche afirma que "o movimento democrático constitui a herança do movimento cristão." (NIETZSCHE, 2015, p. 138)

Nesse sentido, a supervalorização da igualdade, limitadora da excelência cultural e humana, está intimamente relacionada à influência do cristianismo nos movimentos democráticos modernos. O cristianismo, defende Nietzsche, *"no se lo debe adornar ni engalanar: él ha hecho una guerra a muerte a ese tipo superior de hombre, él há proscrito todos los instintos fundamentales de ese tipo"*. Nesse sentido, o cristianismo tomou partido do homem frágil, pequeno, malogrado, em detrimento do homem forte que fora ensinado a sentir-se culpado, pecaminoso e temente à moral normativa cristã limitadora da excelência humana (NIETZSCHE, 2006, p. 33, 34).

Enquanto o cristianismo defende a ideia segundo a qual todos são iguais perante Deus, o ideário político moderno substitui Deus pelas instituições estatais e jurídicas, dando continuidade ao sentimento de igualdade engendrado no cristianismo. Importante registrar que a democracia continua mantendo uma relação próxima com os valores cristãos, ao estabelecer o comportamento pacato, obediente, amável, paciente, humilde, confiante da multidão e, consequentemente, o apaziguamento necessário a sua manutenção.

É interessante registrar que carece ao homem moderno consciência desse enlace entre democracia e moral cristã. O homem moderno sempre se orgulhou de sua política secularizada, neutra, superior, iluminada, livre de quaisquer influências religiosas, como fora e é a marca do liberalismo burguês. Nietzsche aponta, contrariando a imagem de homem moderno emancipado das amarras da religião, que a democracia nada mais é do que uma herança do movimento cristão e, ademais, um disciplinamento da escravidão humana.

Nietzsche vê o movimento democrático não apenas como uma forma de "decadência das organizações políticas, mas como equivalente a uma decadência do homem comum", o que envolve sua "mediocrização e seu valor decrescente". E a alternativa para essa decadência está em uma aristocracia de desempenho, em "espíritos suficientemente fortes e originais para dar impulso a valorações opostas, transvalorar e inverter 'valores eternos', em precursores e homens do futuro" que imponham aos milênios novos caminhos. A alternativa está em ensinar e preparar o homem do futuro para "empreendimentos perigosos e experimentos coletivos de criação e educação" e, sobretudo, pôr fim à terrível dominação do "absurdo do 'maior número'". (NIETZSCHE, 2015, p. 139, 140).

Para a realização desse projeto meritocrático de auto-superação, segundo Nietzsche, será necessária uma nova espécie de filósofo e comandante que transforme os espíritos benevolentes em enfraquecidos e minorados, para que as almas sejam elevadas a uma altura e força de tal modo que sintam a "coação" por essas tarefas, para que realizem uma "transvaloração de valores sob a pressão nova e o novo martelo" para que a consciência endureça em bronze e o coração se transforme em "ferro de modo a poder arcar com o peso de tal responsabilidade." (NIETZSCHE, 2015, p. 140). A crítica Nietzschiana efetua "marteladas sobre aquelas pretensas perspectivas absolutizadas", que se enclausuram em torno de si mesmas "num mumificado dogmatismo". (VIESENTEINER, 2006, p. 82).

Esse homem do futuro pressente "a fatalidade escondida sob o descuido idiota e a cegueira confiante das 'ideias modernas', e mais ainda sob toda a moral cristã-europeia: sofre de uma angústia que a nenhuma outra se compara". Esse homem, forte e cheio de responsabilidades que integra o projeto aristocrático do homem de excelência, aprende a "ver num só olhar tudo o que ainda poderia ser cultivado no homem através do acúmulo favorável de forças e tarefas humanas". Esse homem sabe quão "inesgotável" ainda é a potencialidade humana. Essas potencialidades destroem-se com a "degeneração

e diminuição do homem ao patamar de um animal absolutamente de rebanho". (NIETZSCHE, 2015, p. 140).

O ideal político de Nietzsche volta-se para a superação dos limites humanos e para a criação e promoção da cultura. Contrariamente ao igualitarismo massificador proposto pelos valores modernos, projeta uma política voltada à hierarquia de talentos. No aforismo 257, em *Para Além do Bem e do Mal*, Nietzsche opõe-se ao igualitarismo uniforme da democracia moderna e propõe um grau de hierarquia necessário para o surgimento de estados cada vez mais elevados, raros, para a elevação do tipo de "homem" e "autossuperação do tipo de homem". Propõe em seu lugar uma sociedade aristocrática, que "acredita numa longa escala de hierarquias e diferenças de valor entre os homens", para a construção de uma aristocracia de espírito, baseada em homens mais completos, notadamente em sua força psíquica. (NIETZSCHE, 2015, p. 241, 242).

Segundo suas ideias, o mundo aristocrático é determinado pelo *pathos* da distância (distanciamento dos niveladores) e da superioridade da nobreza diante da plebe, para permitir a insurgência do espírito livre. Esse aristocratismo baseia-se, assim, na desigualdade. Há "guias e rebanhos, homens completos e homens fragmentados, homens bem-sucedidos e homens fracassado, pois criadores e eruditos não são iguais". O cunho aristocrático reside, sobretudo, na independência e na fé que os indivíduos "depositam em si próprios e na sua auto-referência" e autodomínio. Trata-se de uma aristocracia do saber, baseada na grandeza do homem em oposição ao populacho do universalismo democrático, em que a "liberdade de espírito diante dos valores religiosos e morais é a condição básica para a formação e o desenvolvimento dessa aristocracia". A nobreza aqui tratada é a de uma elite de natureza superior, "em cujo seio existe uma particular escala de valores". E é ela que deve ser o centro irradiador da força guerreira de criação dos novos e superiores valores (SOBRINHO, 2007, p. 54, 55).

CONCLUSÃO

A modernidade, que engendrou o iluminismo, concebeu uma visão racional, democrática e humanista do mundo, baseada na liberdade, na igualdade, na autonomia, no individualismo e na emancipação a todas as formas de hierarquia. Não obstante, nem por isso minimizou-se a desumanização das relações sociais. Apenas lapidou-se, refinou-se e sofisticou-se a crueldade, dando-lhe ares mais legítimos e aceitáveis. Nesse movimento rumo à democracia, os escravos, que são, sobretudo, os oprimidos e

medíocres conduzidos por uma lógica maquinal e anônima, lutam, *a priori*, contra à nobreza, à exceção e os privilegiados, fazendo nascer, consequentemente, a força dos homens tirânicos, que se vinculam irremediavelmente ao presente, negligenciando a projeção a um futuro promissor.

Segundo a análise de Noéli Sobrinho sobre o pensamento de Nietzsche, a emergência dessa massa colonizadora do indivíduo à cena política nas sociedades democráticas modernas, obedeceu à seguinte sequência: a) em um primeiro momento, com a eclosão dos movimentos democráticos, há uma libertação imaginária; b) após, configura-se uma luta por uma justiça igualitária; c) em seguida, há uma busca por privilégios pela cooptação dos poderosos; d) e por fim, os indivíduos passam a desejar o poder exclusivamente para si, com a exclusão dos ideias que prometera honrar. Trata-se o movimento democrático uma decadência e degenerescência da esfera política. (SOBRINHO, 2007, p. 37).

Considerando esse diagnóstico, Nietzsche desenvolveu um projeto filosófico alternativo à política moderna e seus valores. Propôs-se a questionar a posição conservadora dos filósofos dogmáticos justificadores da moral vigente. Ao criticar a democracia moderna, o que para alguns representa uma postura reacionária, suscita uma forte reflexão sobre os valores da ordem vigente, propiciando uma construção a partir da desconstrução das verdades aceitas acriticamente. Trata-se de um contra-discurso à tradição metafísica e à modernidade que propicia, pelo menos em princípio, não um conservadorismo, mas uma reinvenção e transvaloração dos valores da moral cristã incorporados nas democracias modernas que representam sério risco para o cultivo de homens mais completos e fortalecidos.

Apesar de a democracia ser uma forma de governo praticamente incontestável, sobretudo por afirmar a capacidade que todos, indistintamente, têm de participar do jogo político, na medida em que se atribui a correspondência igualitária entre um homem e um voto, o que acena à ideia de igualdade fortemente cultivada e acolhida na modernidade, ela não pode ser aceita como dogma. Sua força política e seus valores precisam ser permanentemente postos às luzes do olhar percuciente da crítica filosófica exatamente para fugir do conforto do dogmatismo e não perder a capacidade de se reinventar.

Para Nietzsche, o ideal democrático e seus valores comprometem-se, assim como os ideais religiosos, com o pensamento metafísico, ao projetar a condição humana a um mundo imutável, eterno e essencial e, ademais, com um nivelamento gregário e

uniformizador que suprime as diferenças e singularidades, promovendo a falta de comprometimento com o cultivo, a degradação das potencialidades e ímpetos humanos e da própria organização política. Os efeitos nocivos desse ideário não se restringem, assim, ao âmbito político. Eles atingem a cultura e a vida humana, representando uma forma de degradação cultural, de apequenamento do homem, mediocrização e rebaixamento de valor.

Nesse sentido, em um regime democrático e igualitário, concebido como uma forma de supressão da diferença, de eliminação da variedade, capaz de fazer sucumbir o diverso e o plural no usual, tem-se um predomínio dos malsucedidos. Há uma invisibilização do singular no coletivo, o extraordinário dissolve-se no ordinário. E essa forma de subordinação do indivíduo à coletividade é uma forma de aniquilação do indivíduo. Ser único requer empenho. A igualdade padronizada e unificadora estimula a debilidade, a apatia e a preguiça.

A democracia, com seu valor de igualdade, minimizou o ideal meritocrático de homens excepcionais da Aristocracia que exalta o indivíduo a partir das suas qualidades artísticas, culturais, de conhecimento, para aplainar a todos na regra, no ordinário, no corriqueiro, no comum. À luz da teoria de Nietzsche, há que se conceber uma humanidade diferenciada, plural, contrária à uniformidade e à planificação. A aristocracia e o elitismo nietzschiano são, portanto, de pessoas excelentes, que se destacam pela sua capacidade criadora, pela força propulsora e potência afirmadora da vida.

Mesmo diante de todo o estranhamento causado por um estudo acerca do pensamento crítico de Nietzsche à democracia em pleno século XXI, que festeja e exalta os valores que a amparam, é importante refletir sobre o que comumente é tido como verdade inquestionável e esse parece ser exatamente o caso da ideia de democracia. Ao lado dos tão cultivados valores de liberdade e igualdade que a lastreiam, a democracia conduz, como apontado por Nietzsche, a homogeneização das condutas e do pensamento, o que, por sua vez, acaba por favorecer o livre mercado e a padronização do consumo a partir da imposição dos formatos de vida estabelecidos, *a priori*, pela lógica do sistema.

Talvez seja exatamente por favorecer as premissas do capitalismo e seus corolários, que a ideia de democracia tenha sido naturalizada. Talvez seja exatamente por escamotear a lógica da exclusão e promover um ar (falacioso e irrealizável) de emancipação que os valores democráticos sejam tão defendidos e propagados pelos países

centrais do capitalismo. Portanto, apesar da aura mágica da democracia, é preciso trazê-la às luzes do debate político e filosófico, mesmo que seja para reforçá-la e aperfeiçoá-la.

REFERÊNCIAS

ANSELL-PEARSON, Keith. **Nietzsche como Pensador Político.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

DELBÓ, Adriana. **Nietzsche: sobre alguns problemas morais da democracia moderna.** Disponível em: http://www.cadernosnietzsche.unifesp.br/home/item/233-nietzsche-sobre-alguns-problemas-morais-da-democracia-moderna. Nº 32, 2013.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é Democracia?** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTON, Scarlett. **Nietzsche e a Crítica à Democracia.** In: Dissertation UFPel (33), 17-33. Inverno de 2011. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/33/01.pdf.

NIETZSCHE, Friederich. **Além do Bem e do Mal.** São Paulo: Martin Claret, 2015.

_____. **Crepúsculo dos Ídolos ou Como se Filosofa com o Martelo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

_____. **Humano, Demasiado Humano.** São Paulo: Editora Escala, 2013.

_____. **Escritos sobre Política.** As Ideologias e o Aristocratismo. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **El Anticristo.** Madrid: Alianza Editorial, 2006.

_____. **A Gaia Ciência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social.** São Paulo: Martins Claret, 2007.

_____. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. São Paulo: Martin Claret, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. **Apresentação.** In: NIETZSCHE, Friederich. Escritos sobre Política. As Ideologias e o Aristocratismo. São Paulo: Loyola, 2007.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. **A Grande Política em Nietzsche.** São Paulo: Annablume, 2006.